



mental para a consecução dos justos anseios do povo caboverdeense. Disse também que as «re-  
 sultados» por Cabo Frio nos últimos anos, culminando com a emancipação de Amial do Ca-  
 bo, tinham que ser encarados com determinação e que a população emancipada de Buzios, «insti-  
 to de Município não iria entrar em seu apêro, mesmo tendo lá nascido, mesmo porque o que di-  
 vidio não remeço. Falou também que era grande a sua responsabilidade por substituir ao «Eleitor  
 Walter de Buzios Ferreira e que assim sendo a missão muito e honrosa e que iria desenvol-  
 ver o seu período de mandato como o verdadeiro desiope no seu ideal de servir. Analise  
 de disse que estava unido aos seus companheiros, ao PMDB, e que eleger «Walter Buzos para  
 a Assembleia Legislativa do Estado seria o reconhecimento do valor de mesmo após quatro legis-  
 labras como «Eleitor». Iniciando sua fala o «Eleitor Orlando Brito do Gilvo apresentou  
 vários formulado por funcionários de Banco em Cabo Frio, que mesmo tendo sido demitido a rec-  
 ta de quarenta dias, ainda não havia recebido suas indenizações e que ao passar o Banco fi-  
 ra informado de que em virtude do grande número de demissões e atraso era normal consi-  
 derando o orador que quando se tratava de firma de pequena porte a primeira preocupação  
 era o pagamento dos direitos de funcionários demitido, e que no caso, o fato causava es-  
 panto, visto o Banco ser o Bradesco, que já demitira dez funcionários, com proteção pa-  
 ra vinte em Cabo Frio e vinte mil em todo o País. Disse também que o novo horário  
 bancário os era obedecido no interior do Estado, enquanto nas capitais o horário perma-  
 necia o mesmo e que assim sendo os habitantes das pequenas cidades como Cabo Frio  
 estavam sendo prejudicados. Disse também que determinado funcionários do Bradesco em  
 Cabo Frio ao ser demitido teve o seu cartão de crédito cortado sumariamente, o que era  
 uma arbitrariedade, visto que, o cartão de crédito era garantido por um termo de res-  
 ponsabilidade assinado pelo funcionário, a exemplo do que ocorria com um comércio  
 comum, e que assim sendo tal fato era motivo de consternamento para o funcionário de-  
 mitido. Disse a seguir que se tomava ao trabalho de «Eleitor Wilmar Monteiro, no senti-  
 do de que o povo de Cabo Frio retirasse suas contas do Banco que demitiam em su-  
 bordinidade aos funcionários demitidos. Solicitou providências a fiscalização do Ministério do  
 Trabalho quanto ao processo de demissões na rede bancária do Município, encerrando a  
 seguir sua fala. Iniciando sua fala o «Eleitor Wilmar Monteiro formulou apelo no sentido de  
 que o classe política do Município se mobilizasse em torno do combate do descastramento  
 eleitoral medida de grande alcance para o fortalecimento das prerrogativas democráticas no País,  
 lembrando ainda que o dia 18 de maio seria considerado como dia Nacional de Recadastrame-  
 to Eleitoral. A seguir registrou a passagem de 1º ano da emancipação política administ-  
 ra do Braval do Cabo e que mesmo tendo sido contra a emancipação não podia deixar de  
 cumprimentar ao povo do novo Município e autoridades pelo conquista. Referiu críticas

quanto a demissão de funcionários na rede bancária do Município, enfatizando a necessidade de uma tomada enérgica de posição por parte das autoridades constituídas, e do passo de forma geral que deveria encerrar suas contas nos estabelecimentos que demitiam. Finalizando disse que iria prosseguir em sua campanha defendendo a classe bancária, lamentando que alguns Vereadores não se ocupassem a Tribuna para efeito de rubrica afastando-se dos reais problemas da comunidade. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente de imediato transportou os trabalhos a "Ordem do Dia". Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça Projeto de Lei nº 94186 contendo Mensagem Executiva nº 15186 e Projeto de Lei nº 23186 contendo Mensagem Executiva nº 17186. Aprovado parecer favorável da Comissão de Educação Final Projeto de Lei nº 93186. Terminado o "Ordem do Dia" o Senhor Presidente franqueou a palavra para explicação pessoal para os Vereadores que não figuram uso da Tribuna. Foi uso do seguinte dado para explicação pessoal o Vereador Emílio Pontes Moraes que iniciou de sua fala, e diante dos debates ocorridos disse que os Vereadores do PMDB não estavam alheios aos problemas vividos pelo Município afirmando que os mesmos eram motivo de preocupação e que na medida do possível iam sendo resolvidas através principalmente, teme não poderia deixar de ser pelo interesse demonstrado pelo Prefeito diante do caso público. Disse que os bancos de que professores haviam sido demitidos não passavam de especulações e exploração política e que os problemas havidos já tinham sido contornados. Prossequindo abordou o transcurso dos noventa e oito anos da assinatura da Lei que aboliu a escravidão no País, considerando que mesmo assim os preconceitos continuavam e que o negro ainda era vítima de segregação que embora o estado, existia, e que a esperança era que a constituinte elaborasse um parágrafo a fim das discriminações, encerrando a seguir sua fala. Iniciando sua fala o Vereador Antônio Carlos de Lourenço Grande criticou os critérios pelos quais estavam sendo demitidos funcionários Municipais, muitos estatutários, cujas famílias encontravam-se em situação das mais difíceis, e ainda, que na viagem realizada a Brasília por Vereadores e Prefeito, para uma audiência com autoridades federais sobre o problema dos "royalties", o Vereador Almar Monteiro, Vereador preocupado com o problema dos Bancários em Cabo Frio, deveria ter pedido uma audiência ao Senhor Ministro do Trabalho e denunciado as demissões da classe no Município. Expôs também que as demissões de funcionários da Prefeitura eram tão graves como as demissões dos Bancários, mas que no entanto o problema não era abordado da Tribuna por Vereadores do PMDB. Parabenizando ao Vereador Cristiano Basso de Deus por ter escolhido fazer na cidade protestando contra as demissões de Bancários dirigiu epelo a bancada do PMDB, que em Reunião com o Senhor Prefeito promoverse o readmissão dos funcionários demitidos da Prefeitura, estatutários que inclusive já estavam apelando perante a Justiça, e com na defesa dos seus direitos. Iniciando sua fala o Vereador Dirley Pereira da Silva, disse ter recebido notícias de que um Secretário Municipal estaria utilizando servidores Muni-

eipau no Araco transportando em viatura do Município para manutenção a título de sua propriedade, que  
 actual parte verdade mais um absurdo se configurava sendo necessárias medidas que dessem um au-  
 to em tal situação. Adiante proibiu pelo fato de uma máquina patrol da Municipalidade, estar fazendo  
 trabalhos em outro Município, enfatizando que até aceitava o fato da máquina ficar a disposição  
 do Auto Viação Salentino por facilidade de manutenção, mas que de forma alguma aceitava o  
 fato da máquina estar sendo dirigida para outro Município; encerrando a seguir sua fala. O Vereador  
 Almeida Pereira de Souza iniciou sua fala abordando denúncia formulada pela Vereador Diley Pereira  
 da Silva, dando conta de que um Secretário Municipal estava utilizando servidores da Prefeitura na  
 manutenção de um sítio em Araco, disse que levaria ao Prefeito a denúncia desde que por  
 questão de ética o nome do Secretário fosse revelado pelo denunciante. Quanto a viagem  
 a Brasília de Vereadores e do Senhor Prefeito, em matéria de relevante interesse públi-  
 co, ao seja, solução do problema dos "royalties", considerou as colocações de determina-  
 do Vereador, altamente irônicas e desrespeitosas a representatividade do Município e que os  
 comentários eram no caso desnecessários. Disse também que determinados pronunciamentos  
 tinham como único objetivo confundir a opinião pública e tirar o valor dos objetivos  
 a que todos os Vereadores do PMDB se propõem e que felizmente eram do conhecimento  
 do povo, que no seu saber-sabedoria sabia fazer a diferença do nome e da verdade uma  
 que o respeito era uma obrigação devida por todos os Vereadores no trato do caso pú-  
 blico, o que infelizmente alguns não entendiam. A seguir iniciou sua fala, dizendo que  
 cansado de provocações e partir do qual iria responder a altura as provocações recebidas  
 abandonando sua fala o Vereador Mauro fez de Aguiar anunciou assinatura de convênio entre  
 o Secretário Estadual de meio Ambiente e empresários de Bujão com o objetivo de implan-  
 tar redes de esgotos na região e triplicar o abastecimento de água, notícia que divulga com  
 muito alívio e atendendo a solicitação do Vereador Wilmar Monteiro. A seguir disse que  
 fora procurado pela Presidente da APAE no sentido de que os contribuintes da instituição  
 não mais pagassem seus carnês na rede particular de bancos visto as taxas que es-  
 tavam sendo cobradas, e que o Banrij, Banco do Brasil e Caixa Econômica estavam paga-  
 do os recebimentos sem cobrança de taxas. Abordando projeto de Lei de sua autoria conce-  
 dendo passe livre aos idosos para utilização de transporte coletivo no Município disse  
 que o mesmo seria apreciada em próximas reuniões e que quanto ao Projeto de iluminação  
 do Bairro Jacaré, o Vereador Diley afirmou que tão logo chegassem os equipamentos a  
 obra seria iniciada, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais Vereadores para fazerem  
 uso do segmento dedicado a explicação pessoal, o Senhor Presidente marcou a próxima reu-  
 nião para o dia (15) quinze quinta-feira e encerra a presente em nome de Deus. E para con-  
 tar mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação, Penúltima

aprovada e já assinada para que produza seus efeitos legais.

Juliano Jac  
Mauro Jac

Ato da décima sétima Reunião  
Ordinária do Primeiro Período  
Ordinário do ano de mil no-  
vcentos e oitenta e seis (1986)  
Realizada no dia 15 de maio.

As dezesseis horas do dia 15 de maio, do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986) sob a Presidência do Vereador Aristonze Anchi de Oliveira com a ocupação da Primeira e Segunda Secretarias pelos Vereadores Mauro Jac de Aguiar e Gabriel dos Gonçalves dos Santos, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio, e após ditos responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Dirley Pereira da Silva, Eronides da Silva Santos, Geraldino Farias Neves, Hermes de Araújo Ramos, Octávio Rêgo Gabaglia, Otony Pardo de Moraes, Orlando Brito da Silva, Osvaldo Gonçalves dos Santos, Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente em nome de Deus. A seguir foi lido e aprovada a seguinte Ata: Ata da décima sétima Reunião Ordinária realizada no dia 13 de maio do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986). A seguir o Senhor Presidente determinou leitura de Expediente que constou do seguinte: Requerimento nº 40/86 de autoria do Vereador Octávio Rêgo Gabaglia que dispõe sobre pedido à C&M, de concessão de lençóis em várias ruas localizadas no Jardim Peró. Requerimento nº 41/86 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro que dispõe sobre concessão de Horário de Parar à família do Senhor Francisco Arnes Fonseca. Requerimento nº 42/86 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro que dispõe sobre concessão de Horário de Parar à família da Senhora Ulbris Ribeiro Santos, por seu falecimento. Requerimento nº 43/86 de autoria do Vereador Mauro Jac de Aguiar que requer criação e discussão única nos Comissões de Constituição e Justiça, Obras e Serviços Públicos e Redação Final, para o Projeto de Lei nº 21/86, oriundo da Mesa Diretora Executiva nº 20/86. Indicação nº 59/86 de autoria do Vereador Hermes de Araújo Ramos que dispõe sobre denominação pública para Rua Portugal, situada no Jardim Lavagem, Cabo Frio. Projeto de Resolução nº 20/86 de autoria do Vereador Osvaldo Gonçalves dos Santos. Projeto de Lei nº 21/86 de autoria do Vereador Osvaldo Gonçalves dos Santos. Projeto de Lei nº 22/86 de autoria do Vereador Hermes de Araújo Ramos. Projeto de Lei nº 23/86 contendo Mesa Diretora Executiva nº 20/86. Terminado a lei.